

## **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (1945-1965)**

Por Marieta de Moraes Ferreira

### **O PTB pós-1964**

Com a queda do governo Goulart em 31 de março de 1964, o PTB sofreu um processo de crescente enfraquecimento, tendo sido seus quadros submetidos a sucessivos expurgos.

A junta que assumiu o governo do país editou, em 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que, entre outras medidas, instituiu a cassação de mandatos parlamentares e determinou a imediata eleição indireta do presidente e vice-presidente da República, com mandato até 31 de janeiro de 1966. Essas medidas atingiram profundamente o PTB, que teve suas principais lideranças e grande número de parlamentares cassados. Iniciado o processo de escolha do próximo presidente, o PTB absteve-se de apresentar candidato e não apoiou o nome do general Humberto Castelo Branco, apoiado pela nova aliança PSD-UDN, além dos partidos menores como o PSP, PR, PL, PTN, PRP e MTR.

Para justificar sua atitude, o PTB lançou uma nota onde afirmava: “O PTB também condena o comunismo como doutrina social e política, mas reclama para si o direito de continuar a lutar sem desfalecimento em defesa das formulações nacionalistas e das reformas de base, que permitirão ao nosso povo realizar as grandes transformações sociais e a independência política da pátria. E a liderança, por deliberação de maioria da bancada, anuncia o propósito de, embora comparecendo à eleição, abster-se, tanto na indicação do presidente como do vice-presidente da República, já que no curto prazo destinado à realização desta escolha não foi possível às forças políticas realizarem uma consulta válida que lhes permita traduzir perante os senhores congressistas e a nação brasileira o que eles representam.”

Eleito e empossado Castelo Branco, com a vice-presidência preenchida pelo pessedista José Maria Alkmin, o PTB, juntamente com o PSB, nas palavras de Doutel de Andrade, ficou responsável por “sustentar a luta contra a prepotência e o arbítrio que se instalaram no país”.

Para cumprir essa tarefa, o PTB procurou se recompor, realizando uma convenção nacional extraordinária em maio de 1965 de maneira a preencher as lacunas deixadas pelas inúmeras cassações. Com o afastamento de Jango do país, tornava-se necessário eleger o novo presidente nacional do partido. Nessa escolha manifestaram-se duas correntes, uma liderada pelo ex-presidente, apoiando José Ermírio de Moraes, e outra liderada por Ivete Vargas, apoiando Lutero Vargas, filho do presidente Getúlio Vargas. Com o objetivo de obter uma composição política entre as duas tendências, José Ermírio ficou com a presidência do diretório nacional e Lutero com a presidência da comissão executiva. Entretanto, essa situação não foi duradoura em virtude das divergências surgidas entre ambos e, ao se realizar a convenção nacional ordinária, em setembro de 1965, José Ermírio foi derrotado, passando Lutero a acumular os dois cargos até a extinção do partido. Votaram contra Lutero os diretórios do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

### **As Eleições de 1965**

Com o endurecimento do regime militar, inúmeras forças políticas que o haviam apoiado começaram a se afastar, buscando novas articulações políticas com vista às eleições que se aproximavam para o governo de alguns estados, entre os quais Minas e

Guanabara. Nessas circunstâncias, o PSD voltou a se aproximar do seu antigo aliado, formando uma nova coligação com o PTB contra a UDN.

Na Guanabara, o PTB liderou a aliança, lançando como candidato ao governo do estado o ex-ministro de Jango, Hélio de Almeida. Uma nova lei das inelegibilidades então introduzida impediu contudo essa candidatura, de acordo com o dispositivo que tornava inelegíveis todos os civis que houvessem sido ministros de Estado de janeiro de 1963 a março de 1964, excluídos os parlamentares no exercício do mandato. Inviabilizada a candidatura do PTB e a que se lhe seguiu, do marechal Lott, esta por falta de domicílio eleitoral na cidade, o PSD forneceu o nome de Francisco Negrão de Lima, em torno do qual se concretizou a aliança entre os dois partidos.

Em Minas Gerais o PTB apoiou o pessedista Sebastião Pais de Almeida, nome vetado pela Justiça Eleitoral sob a acusação de abuso do poder econômico. Seu substituto, o também pessedista Israel Pinheiro, contou igualmente com o apoio do PTB.

Realizado o pleito, a coligação PSD-PTB foi vitoriosa nesses dois estados. Esse fato convulsionou as áreas militares mais radicais, que passaram a pregar o não-acatamento dos resultados eleitorais. Castelo Branco garantiu a posse dos eleitos, mas, em contrapartida, para neutralizar a vitória oposicionista, editou em 27 de outubro de 1965 o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos existentes e possibilitou a implantação do bipartidarismo.

Extinto o PTB em outubro de 1965, os parlamentares petebistas ingressam em sua grande maioria no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agremiação oposicionista formada nos primeiros meses de 1966.

\* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>